



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As três séries	Ano 360\$8
A 1. ^a série	140\$8
A 2. ^a série	120\$8
A 3. ^a série	120\$8
Para o estrangeiro e ultramar	acresce o porte do correio
Semestre	200\$8
	80\$8
	70\$8
	70\$8

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4850 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a quo se refere o § único do artigo 2.^º do Decreto-Lei n.^º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUMÁRIO

Ministério das Finanças:

Decreto n.^º 39 387 — Autoriza as repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto de vários Ministérios, o Tribunal de Recursos das Avaliações do distrito do Porto e a Junta Autónoma de Estradas a mandarem satisfazer diversas quantias em conta da verba de despesas de anos económicos findos.

Ministério das Obras Públicas:

Decreto-Lei n.^º 39 388 — Permite a prorrogação até 31 de Dezembro de 1954 do prazo de conta corrente do empréstimo autorizado pelo Decreto-Lei n.^º 38 770, destinado ao pagamento das obras dos aproveitamentos hidráulicos da ilha Terceira — Manda executar pela Delegação dos Aproveitamentos Hidráulicos da Terceira a obra de abastecimento de água à zona Ribeirinha-Cabo da Praia.

Ministério da Economia:

Declaração de ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 10.^º do orçamento do Ministério.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.^º 39 387

Com fundamento nas disposições do artigo 3.^º do Decreto-Lei n.^º 24 914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante propostas aprovadas pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo.

Usando da faculdade conferida pelo n.^º 3.^º do artigo 109.^º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.^º São autorizadas as repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto dos Ministérios abaixo designados a mandarem satisfazer, em conta da verba de «Despesas de anos económicos findos», inscrita nos respectivos orçamentos do actual ano económico, as quantias seguintes:

Ministério das Finanças

Despesas com combustíveis fornecidos a aviões portugueses em França relativas ao ano de 1952 84.610\$50

Ministério da Justiça

Despesas com o serviço de remoção de presos referentes ao ano de 1952 21\$00

Ministério do Exército

Despesas de alimentação relativas ao período de 6 de Junho a 31 de Dezembro de 1952, a abonar a um

coronel reformado ao abrigo do artigo 2.^º do Decreto-Lei n.^º 39 044, de 19 de Dezembro de 1952

4.807\$00

Abonos relativos ao ano de 1952 em dívida a dois aspirantes a oficial milicianos do S. A. M.

4.408\$00

9.215\$00

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Prémio de seguro, respeitante ao ano de 1950, do automóvel ao serviço da Embaixada de Portugal em Londres

3.145\$80

Ministério da Economia

Gasolina e óleos fornecidos no ano de 1952 à estação de lacticínios da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas

6.044\$80

103.037\$10

Art. 2.^º Fica o Tribunal de Recursos das Avaliações do distrito do Porto autorizado a satisfazer, em conta da verba de «Despesas de anos económicos findos», inscrita no n.^º 1) do artigo 10.^º do seu actual orçamento privativo, a quantia de 134\$70, respeitante a despesas de correios e telégrafos efectuadas no ano de 1952.

Art. 3.^º Fica a Junta Autónoma de Estradas igualmente autorizada a satisfazer, em conta da verba de «Despesas de anos económicos findos», inscrita no artigo 83.^º-A, capítulo 6.^º, do seu orçamento privativo, a quantia de 13.006\$90, respeitante a despesas de assistência clínica, hospitalização e medicamentos com vítimas de acidentes de trabalho ocorridos no ano de 1951.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Outubro de 1953. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — Artur Aguedo de Oliveira — Adolfo do Amaral Abrantes Pinto — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Manuel Maria Sarmento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — José Soares da Fonseca.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.^º 39 388

1. O Decreto-Lei n.^º 38 770, de 31 de Maio de 1952, determinou a execução dos aproveitamentos hidráulicos da ilha Terceira, estudados pelo Ministério das Obras